

Movimentos indigenistas e Constituinte na Bolívia: a Pachamama chegou ao Estado?

Pesquisa em andamento

Gt 14 - Hegemonia estadunidense, políticas públicas, sociais e alternativas

Soraia de Carvalho¹

Resumo:

Problematizamos, neste artigo, os choques entre a cosmovisão indígena que envolve o governo de Evo Morales, na Bolívia, e a linha desenvolvimentista e de preservação da propriedade privada dos meios de produção. Para isto, analisamos a última Assembleia Constituinte (AC), percebendo as tensões dentro do bloco masista e nos conflitos pós-aprovação da constituição. Questionamos as conclusões de autores que afirmam que os indígenas e camponeses chegaram ao Estado. O conflito do Território Indígena Parque Nacional Isiboro Secure (TIPNIS) ilustra as contradições do MAS, pois a tentativa de construção da rodovia, sem consulta às comunidades indígenas violou a nova constituição. Procuraremos debater as possibilidades de um projeto contra-hegemônico dirigido pelas nacionalidades indígenas contra a burguesia nativa, conectada com a burguesia dos países imperialistas.

Palavras-chave: Indigenismo, Constituinte, desenvolvimentismo.

Introdução

Em meio ao segundo mandato presidencial de Evo Morales, pretendemos problematizar os choques entre a cosmovisão indígena que envolve o governo do Movimento ao Socialismo (MAS), na Bolívia, com a prédica antimoderna do “bem viver” e a linha desenvolvimentista e de preservação da propriedade privada dos meios de produção, explicitados em conflitos entre as demandas de indígenas e os projetos extrativistas¹, sobretudo nos marcos da Iniciativa de Integração Sul-Americana (IIRSA²). Para isto, nos deteremos principalmente na análise da última Assembleia Constituinte (AC), percebendo as tensões dentro do bloco masista e nos conflitos pós-aprovação da constituição.

Para analisarmos o contexto da Constituinte, é necessário citar o governo de Gonzalo Sanchez de Lozada (Goni), de 1993 a 1997, que aprofunda as privatizações, fechamento de minas e abertura econômica, assim como o governo eleito de Hugo Banzer (o mesmo que promoveu o golpe de 1971), que ataca os camponeses cocaleiros ao decretar o programa “Coca Zero” e intensifica a repressão aos movimentos sociais. Mantém-se o caráter de rapina da intervenção estrangeira e o bloco no poder continua hegemônico pelo capital monopolista norte-americano, sobretudo o vinculado ao capital financeiro.

Em abril de 2000, a revolta popular contra a privatização assume a forma da Guerra da Água, em Cochabamba. Dois anos depois, Goni é eleito e inicia-se a Guerra do Gás, protagonizada principalmente pelos moradores de El Alto. Em fevereiro e outubro de 2003 ocorrem insurreições populares contra o decreto da venda de gás, em 17 de outubro Goni renuncia e seu vice, Carlos Mesa,

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Estado e Luta de Classes na América Latina Práxis/UFCG e do Grupo de Estudos de Política na América Latina (GEPAL). End. Eletrônico: soraiadecarvalho@hotmail.com

assume a presidência. Em primeiro de julho de 2004 é aprovado um referendo popular de nacionalização dos hidrocarbonetos. Em 2005, Mesa renuncia.

Segundo Durán Gil, o Estado estava à beira de um colapso, a “democracia liberal” contava com baixo índice de participação e os partidos não conseguiam representar as maiorias empobrecidas. A repressão aos movimentos reivindicatórios só aprofundou “a crise de representação partidária, da democracia neoliberal e da crise do Estado” (DURÁN GIL, 2008, p.168). Pablo Regalski analisa que junto com a ascensão do primeiro indígena à presidência na América Latina, houve um processo de “recomposição do sistema político e a recuperação da confiança de uma grande massa do povo nas instituições da democracia burguesa” (2007, p. 76).

O contexto latino-americano em que Evo Morales é eleito é marcado por suceder um ciclo de presidências identificadas com o neoliberalismo – que vão desde o governo militar de Pinochet, no Chile, até os governos eleitos no Brasil, Argentina, Venezuela, Bolívia, Equador, Colômbia nas décadas de 1990 a início dos anos 2000. Morales comporá um novo e heterogêneo bloco de presidentes cujos governos são portadores de uma retórica antineoliberal e se apresentam como progressistas.

O MAS surgiu em 1995 como instrumento político da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB). A emergência do movimento camponês / indígena na cena política boliviana gesta-se na década de 1960, com os intelectuais que fundam a corrente katarista, mas ganha projeção no final da década de 1970, com rupturas de setores significativos com o pacto militar-camponês, influência que se acentua após 1986, com o fechamento das minas estatais, o que significou um grande golpe contra o núcleo da classe operária no país, os mineiros. Já na década de 1990, serão os camponeses que se destacarão na resistência às políticas de erradicação do plantio de coca. Evo se origina do sindicalismo cocaleiro, e não das correntes indigenistas mais radicalizadas como os *ayllus rojos* ou MIP (Movimento Indígena Pachakuti) de Felipe Quispe.

Segundo Vladimir Mendonza, é possível caracterizar a ideologia do MAS a partir dos seguintes aspectos: a) Convivência recíproca de contrários: grande, média e pequena propriedade em harmonia com a propriedade comunitária; respeito mútuo entre classes sociais antagônicas, reeditando a aliança de classes do nacionalismo burguês; coexistência entre nações opressoras e oprimidas e inclusão das nacionalidades nativas à dinâmica do Estado burguês. b) Subjetivismo, em que o eixo constitutivo da realidade é a linguagem, assim a descolonização é mental e não material. c) Reedição caricata do nacionalismo burguês, com promessa de desenvolver as forças produtivas em um país economicamente atrasado, nos marcos do capitalismo. d) Repúdio a “metarelatos”, com relativismo que rechaça qualquer tentativa de ter uma estratégia política. “Para eles o mundo “multipolar” e “diverso” não tem porque deixar de sê-lo. Os indígenas – por exemplo – não têm por que abraçar nem direcionar a luta para um sistema ‘único’ como o socialismo” (MENDONZA, 2012, p. 12, *tradução nossa*).

No plano econômico, Durán Gil analisa que, com a ascensão do Movimento ao Socialismo (MAS), abre-se uma crise de hegemonia no interior do bloco no poder, o que leva à constituição de uma burocracia estatal como força social, liderada pela pequena burguesia e camadas médias, apoiada pelos movimentos populares indígenas, camponeses e urbanos. Inicia-se assim uma tentativa de transformação social pela via democrática, por meio da nacionalização parcial dos hidrocarbonetos, reforma agrária, “cidadanização” das massas indígenas e criação de uma nova Constituição.

Para Garcia Linera, sociólogo e vice-presidente, a AC marcou um ponto de bifurcação e mudou a história política da Bolívia, derrotando as antigas classes dominantes e consolidando “um novo bloco de poder estatal integral” (2010, p.16). A presença majoritária de operários, camponeses e indígenas na Assembleia Legislativa Plurinacional, segundo Linera, leva à indianização e plebeização das estruturas estatais. “Esta presença de indígenas na condução do Estado, é a revolução política mais importante do país e do continente nos últimos séculos” (LINERA, 2011, p.122-123, *tradução nossa*). Almaraz

contrapõe, porém, que as decisões importantes do governo são tomadas junto aos “profissionais do poder” vindos inclusive de postos chave nos governos anteriores.

Os outros [...] na periferia do poder, oferecem seus rostos indígenas e populares para legitimá-las, e seus nomes para que García demonstre a “revolução” e atribua a sua falta de educação as deficiências de uma gestão governamental desastrosa e deplorável, da qual na realidade Evo Morales e seu núcleo de “profissionais do poder”, capitaneados por García são os principais responsáveis (ALMARAZ, 2011, p.16, *tradução nossa*).

Stefanoni (Cf. 2006) avalia que as nacionalizações são um jogo de cena, inclusive com a ocupação militar dos poços gás, aproximando perigosamente o novo nacionalismo indígena com o velho nacionalismo militar, propondo um novo pacto camponês-militar, ainda que sob uma máscara pachamâmica. O “viver bem” aparece nos discursos do governo, sobretudo em momentos rituais e predominantemente em atuações voltadas ao exterior. Como se vê no documento do governo boliviano apresentado à ONU, em 2009³, intitulado “El vivir bien como respuesta a la crisis global”. No texto, menciona-se a existência de espíritos que vivem nos animais, plantas, pedras e água, que se contactam com os humanos. As mudanças climáticas teriam sido previstas nas profecias dos ancestrais. Caberia às nações indígenas, no caso, representadas pelo governo boliviano, mostrar ao mundo a solução para a crise e para recuperar a saúde da Mãe Terra (GOBIERNO DE BOLIVIA, 2009, pp. 132-133). O documento defende que a partir das comunidades soberanas e autodeterminadas serão definidas políticas públicas para construir o “Viver Bem”. Segundo Salvador Schalvezon,

O “Viver Bem” na Bolívia, o “Bom viver” no Equador, *Suma Qamaña* em aymara, e *Sumak Kawsay* em quechua, é um termo incorporado recentemente na linguagem política dos povos e do Estado, que faz referência a uma cosmovisão onde o homem se integra a seu entorno, com a Pachamama e outros seres não humanos a partir da reciprocidade, a complementariedade, e não a competição típica do capitalismo, resumida na fórmula de [buscar] “Viver Melhor” (2012, p.45, *tradução nossa*).

Ainda no documento à ONU, o governo boliviano anuncia que se baseará na soberania das comunidades, ayllus e tentas, garantindo a realização de consultas prévias e vinculantes, além da revogabilidade de delegados nos níveis centrais do Estado, a partir das assembleias de base (GOBIERNO DE BOLIVIA, 2009, p.170). Antes disto, a “cidadanização” da Pachamama esteve presente nos debates que resultaram no texto da nova Constituição e, depois, na Lei de Direitos da Mãe Terra, de dezembro de 2010.

Tensões e pactos na origem da Constituição do Estado Plurinacional

A AC convocada por Evo foi instalada em 06 de agosto de 2006 e teve como objetivo redigir uma nova Constituição que deveria dar expressão às reivindicações dos movimentos sociais; democratizar o Estado; defender os recursos naturais; romper com o modelo colonial, republicano e neoliberal; e fundar o Estado Unitário Social de Direito Plurinacional e Comunitário (ASAMBLEA, 2008, p.2). Foi composta por 255 assembleístas, com grande representação indígena. O MAS foi o partido hegemônico, com 142 membros. A AC foi palco das disputas entre os masistas e os defensores da autonomia do oriente boliviano. Depois de muitos conflitos, a Constituição Plurinacional foi aprovada em 2008.

O governo pactuou com a direita para garantir a aprovação do texto, segundo Linera esta era a última alternativa antes do caos e do avanço dos movimentos sociais sobre a propriedade. E ameaçava que a direita seria responsabilizada historicamente, caso não aceitasse o pacto com o MAS, por “ter asfixiado esse cenário e de ter provocado a emergência de forças sociais que questionarão de maneira radical o latifúndio, a propriedade da terra e as riquezas” (apud SCHALVEZON, 2012, p.278, *tradução nossa*). Apesar da disposição de conciliação do MAS, a direita continuou sabotando a constituinte, assim, depois de demonstrações de racismo e violência política, a Assembleia passou a funcionar no Liceu Militar, com participação praticamente exclusiva do MAS. Mesmo com a ausência física dos partidos de direita, sua política foi encampada pelos próprios masistas, com o pretexto de evitar futuras impugnações (SCHALVEZON, 2012, pp. 329-340). Linera indica claramente que esta era uma das opções oferecidas pela conjuntura:

Era possível outra rota de aprovação da Constituição pela via da força de mobilização? Obviamente!!! Mas requeria uma sublevação, uma insurreição que passasse por cima de todos os outros contrapoderes do velho Estado ainda presentes (2011, p.141, *tradução nossa*).

Salvador Schavelzon etnografou a AC e apresenta as tensões entre autodenominados camponeses e indígenas; assim como no entrecruzamento das inúmeras tradições de luta, desde os que se situam na matriz marxista (com suas variantes trotskistas, guevaristas, estalinistas, dentre outras) e no nacionalismo – correntes que disputaram os corações e mentes dos mineiros –, passando decisivamente pelo indigenismo. Mesmo reconhecendo os limites do texto final o autor defende que, por meio da eleição de Evo Morales e da aprovação da Constituinte, os indígenas e camponeses chegam ao Estado e, metaforicamente, até mesmo a Pachamama (SCHAVELZON, 2012, p.47).

O texto constitucional, promulgado em 2009, após um referendo, traz demandas da “agenda de outubro”, porém com ambiguidades que atenuam as reivindicações ou até mesmo as negam. Em relação à questão indígena, o pacto de Unidade, de agosto de 2006, estabelecia a consulta prévia e obrigatória às organizações sociais do local para avaliar a extração de recursos naturais, sendo das nações indígenas e camponesas o domínio dos recursos não renováveis. A propriedade destes recursos seria dividida entre estes e o Estado. Evo recusou tanto a proposta de propriedade como a de uso exclusivo dos recursos renováveis. Já após algumas concessões das organizações indígenas, os constituintes do MAS aprovam um acordo em que se reconheceu a integralidade do território indígena originário e das comunidades que inclui o direito à terra, ao uso e aproveitamento exclusivo dos recursos naturais renováveis nas condições determinadas por Ley, a consulta prévia e informada e a participação nos benefícios pela exploração dos recursos naturais não renováveis que se encontram em seus territórios; a faculdade de aplicar suas normas próprias, administrados por suas estruturas de representação e definir seu desenvolvimento de acordo com seus critérios culturais e princípios de convivência harmônica com a natureza (apud SCHAVELZON, 2012, p. 188, *tradução nossa*).

Esta seria a base do artigo 403 da Constituição, mas em outubro de 2008, nos acordos com a direita, agregou-se a frase “sem prejuízo dos direitos legitimamente adquiridos por terceiros” (SCHAVELZON, 2012, 188). Este elemento de anterioridade foi recorrente e acaba protegendo interesses de transnacionais, latifundiários, etc., no que diz respeito aos recursos naturais e à reforma agrária. Outra manobra foi trocar, por futuras regulamentações, propostas definidas de proibição de transgênicos, controle social e obrigatoriedade de que os governos falem pelo menos uma das 36 línguas de povos originários reconhecidas na nova constituição. A questão da privatização da água que, segundo as cooperativas, deveria ser resolvida com a expropriação das empresas, só teve a substituição do nome de concessão por licença. Ou seja, a reivindicação da Guerra da Água não foi respondida,

assim como a da Guerra do gás, presente no artigo constitucional que estabelecia que o Estado assumiria o controle e a direção sobre a exploração, industrialização, transporte e comercialização dos recursos naturais. Na revisão do Congresso, definiu-se que isto valeria apenas para recursos naturais ditos estratégicos e ainda permite a ação de empresas privadas e mistas, contratadas via entidades estatais, comunitárias ou cooperativas.

O exemplo mais claro dos limites do processo constituinte, porém, se deu com algo que estava garantido pela nova Constituição, mas não foi cumprido pelo governo. A tentativa de construção da rodovia Território Indígena Parque Nacional Isiboro Secure (TIPNIS), por parte do governo de Evo Morales, sem consulta às comunidades indígenas viola a nova constituição e traz questionamentos ao processo de “descolonização”, pois o governo reprimiu os protestos e marchas multitudinárias, atribuiu as ações indígenas à influência das Organizações Não Governamentais (ONGs) e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e caracterizou os dirigentes como traidores por serem contra o desenvolvimento (EL DEBER, 2011). Ao mesmo tempo, o presidente da CSTUB alinhado ao governo justificou: “[...] não queremos que os indígenas vivam mais como selvagens” (EL DIARIO, 2011, *tradução nossa*).

A principal marcha indígena, que percorreu o país entre agosto e outubro de 2011, enfrentou repressão de sindicatos camponeses e do Estado, foi recebida em La Paz em um ato com cerca de um milhão de pessoas. As organizações sociais, quando tentavam romper os cordões policiais que protegiam o palácio presidencial, tiveram uma resposta de Evo, que desceu até a praça e propôs uma lei em defesa do TIPNIS. Mais uma armadilha, segundo Raúl Prada Alcoreza:

Nomeia-se esta lei como de intangibilidade do TIPNIS. Título da lei que vai ser usado para escamotear as comunidades indígenas do TIPNIS, dizendo que se o território é intangível ninguém pode tocar, não podem ser desenvolvidos projetos comunitários, de ecoturismo e de desenvolvimento sustentável (ALCOREZA, 2012, *tradução nossa*).

A marcha já havia deixado claro qual era a posição do movimento, contra a rodovia e o grande apoio nacional a esta causa, diante da tentativa do governo de manipular uma eventual consulta, o movimento recusou esta via. Mesmo assim, o governo ampliou a lei de consulta sobre este território e instalou quartéis “ecológicos”, militarizando o TIPNIS. Ainda que esta rodovia não esteja oficialmente entre os projetos da IIRSA, se encaixa no perfil destas grandes obras de infraestrutura. Foi antecedida pela entrega de concessões à Petrobrás e PDVSA para a exploração de petróleo na zona do núcleo do território, área que mais requer proteção (ALCOREZA, 2012). O governo continua tentando garantir o início desta obra, em junho de 2013 lideranças indígenas interceptaram o dirigente do Conisur (Conselho Indígena do Sul), Gumercindo Pradel, que tentou articular dentro do TIPNIS um encontro paralelo de corregedores para desconhecer as lideranças deste território, comprometidas com a organização das marchas e com a resistência à rodovia. O dirigente foi enquadrado na justiça comunitária, levou chicotadas e assinou um termo se comprometendo a não mais entrar no TIPNIS para agir contra as subcentrais indígenas locais. O governo respondeu com a ordem de prisão de três dirigentes indígenas, desencadeando protestos contra mais esta repressão.

Muitas das críticas que expusemos neste artigo, são oriundas de intelectuais e militantes que até muito pouco tempo apoiavam Evo, ou seja, são críticas à condução do chamado processo de mudança, mas não analisam os limites deste processo em si. Acusam o governo de ser de direita, de ser antiindígena, de ser racista, de folclorizar o indígena, de não descolonizar, de se subordinar às transnacionais e de se dobrar aos apetites do governo brasileiro. Partem de um pressuposto de que este processo de mudança é possível, ou seja, é possível atender às reivindicações indígenas, bloquear a ação predatória das transnacionais e fazer da Bolívia um laboratório de um novo tipo de Estado, tudo sem uma ruptura

revolucionária. O que nos parece importante questionar, porém, é: a manutenção e defesa da grande propriedade privada capitalista é compatível com uma prática de soberania nacional, proteção à natureza e às comunidades indígenas?

Boris Marañon-Pimentel questiona a tese do capitalismo amazônico, como uma recomposição social dos setores burgueses dominantes, estimulando o fortalecimento da burguesia indígena, deixando intocadas as bases da acumulação capitalista: a propriedade privada dos meios de produção, a persistente orientação exportadora da economia, baseada na exploração de recursos naturais e, principalmente, na flexibilização do mercado de trabalho (2012, p.134, *tradução nossa*).

A questão que fica é: em oposição ao governo Evo ou ao capitalismo, é a defesa do “bem viver” que deve ser levantada? Quais são as possibilidades de um projeto contra-hegemônico dirigido pelas nacionalidades indígenas contra a burguesia nativa, conectada com a burguesia dos países imperialistas? É necessário retomar o “processo de mudança”? É preciso adotar uma outra versão do indigenismo? Nos parece que o caminho é outro, de retomada das contribuições do marxismo, tanto do ponto de vista teórico, como da tradição do proletariado mineiro, em suas teses, organização inicial da COB como organismo de dualidade de poderes, assim como o ponto mais alto de organização classista independente que foi a Assembleia Popular de 1971.

Limites inerentes ao “processo de mudança”

O primeiro elemento a se questionar é a visão romantizada do indígena, como aparece, sobretudo, no discurso para fora do país ou na apropriação de rituais em cerimônias.

Guillermo Lora questiona esta visão idílica, igualitária e até comunista do continente pré-colombiano. Esta concepção desconsidera que o problema das nacionalidades nativas e subjugadas é anterior à chegada dos Europeus, já estavam presentes no incário, que era constituído por ... etapas avançadas no processo de desintegração do comunismo primitivo, por isso ainda estão presentes traços da propriedade social da terra, entregue em usufruto periódico às famílias. [...] As classes e as marcantes diferenças econômicas e sociais entre elas, obrigaram à existência de um estado forte, compulsivo, uma autoridade indiscutível encarregada da administração dos homens (1992, pp.122-123, *tradução nossa*).

Assim, o Estado inca autocrático e despótico mantinha elementos do comunismo primitivo, nas formas comunais da propriedade e na tradição do trabalho de ajuda mútua. Porém, com a apropriação do excedente na produção, alimentou a classe dominante que manteve seu império subjugando outras nações, o que é o avesso do comunismo primitivo (LORA, 1992, p.125). Ainda que Mariátegui tenha tido uma visão por vezes romantizada do incário em sua obra, há grandes contribuições em sua perspectiva sobre a questão indígena. “O problema do índio”, um dos *Sete ensaios*, inicia-se dizendo que tratar o problema indígena ignorando como problema econômico-social é mero exercício teórico condenado ao descrédito (MARIÁTEGUI, 2010, p. 53). O Amauta também é taxativo ao dizer que o problema do índio deve ser procurado no problema da terra (2010: 61) e que deve ter uma solução social (2010: 64). O autor insiste:

Colocando no primeiro plano o problema econômico-social, assumimos a postura menos lírica ou literária possível. Não nos contentamos em reivindicar o direito do índio à educação, à cultura, ao progresso, ao amor e ao céu. Começamos por reivindicar, categoricamente, seu direito à terra (MARIÁTEGUI, 2010, p. 68).

Assim como há um vínculo indissolúvel entre a questão do índio e da terra, a questão agrária e a questão nacional estão relacionadas, pois são tarefas democráticas não resolvidas. Da mesma forma como Mariátegui analisava no Peru, Lora indicava que a falta de uma burguesia nacional ou industrial

que se chocasse com as metrópoles imperialistas, em busca de espaço no mercado internacional, marcou a história do país. Ainda que a revolução de 1952 tenha sido protagonizada pelo proletariado e camponeses (nacionalidades nativas), e atingido grande radicalidade com distribuição de terras, nacionalizações e dissolução do exército, os oprimidos não chegaram a tomar o poder, o entregaram ao MNR, ou seja, ao nacionalismo burguês. “Assim se frustrou a liberação nacional e da terra, base do desenvolvimento capitalista (das forças produtivas) e do florescimento da democracia formal” (LORA, 1992, p.8-10, *tradução nossa*).

Foram inúmeros os bloqueios na história boliviana ao exercício da autodeterminação por parte dos povos indígenas. Na primeira Constituinte, em 1826, Simón Bolívar, junto com pouquíssimos constituintes, tentaram incorporar os índios à democracia, mas foram silenciados pelo gamonalismo⁴ dominante. A Rebelião de Tupac Amaru e Katari, no século XVIII, foi derrotada. Apesar de os indígenas terem ajudado os criollos, ao reivindicarem terras e a divisão do tesouro real, foram massacrados (LORA, 1992, p.11).

Para enfrentar a opressão que ainda recai sobre as nacionalidades indígenas, Lora afirma que a resposta deve ser a defesa da autodeterminação, em seu sentido leninista, o que pressupõe o direito de se estruturar em Estados soberanos, separando-se do atual Estado boliviano, ainda que possa federar-se posteriormente. Esta autodeterminação deveria ser conquistada via ação direta, o ordenamento jurídico correspondente seria elaborado a posteriori, consagrando a vitória dos explorados. O caminho inverso, de constitucionalizar como se isto fosse dar garantias, mostrou com a última Constituinte, mais uma vez, seus limites.

É fundamental que os oprimidos compreendam o caráter de classe do Estado, tarefa que é obscurecida pelos partidos indigenistas, kataristas e, agora, pelo MAS. Segundo o teórico e militante trotskista:

a deformação mais monstruosa da emancipação nacional é aquela que demanda que aymaras, quechuas, etc. conquistem a representação legal, sua incorporação formal ao aparato estatal dos K'aras [elite branca], seu ingresso às câmaras parlamentares. Esta monstruosa distorção do objetivo da libertação nacional não pode menos que concluir levando à sobrevivência de um Estado cimentado na opressão das nações nativas (LORA, 1992, p.20, *tradução nossa*).

Lora conclui que sob o capitalismo em sua fase de decomposição, o proletariado para se libertar se vê obrigado a expressar politicamente interesses de outras classes oprimidas, incorporando, por exemplo, a defesa da efetivação da autodeterminação nacional (LORA, 1992, p.25) isto, porém, não exclui o papel ativo dos povos originários que historicamente deram várias demonstrações de persistência e combatividade na luta por sua libertação.

A partir da definição de classe no marxismo, como local que determinado grupo social ocupa nas relações de produção, é necessário identificar qual o local ocupado pelas nacionalidades indígenas. Por sua baixa diferenciação social, Lora as considerava como nações-classe. Camponeses e índios estão em confronto com a grande propriedade privada agrária, mas ao buscar se apropriar dela, não o fazem para torná-la propriedade social, mas sim para que possam aumentar o tamanho de suas diminutas parcelas. Assim, a liberação das nacionalidades nativas e oprimidas, que constituem a maioria da população boliviana, depende de uma resposta radical ao problema da terra, que é parte da transformação revolucionária da sociedade (LORA, 1992, p.36).

A expropriação dos indígenas foi fundante na constituição do gamonalismo. Além disso, ao expulsar os índios de suas terras, foi garantido aos latifundiários e grandes proprietários uma massa de mão de obra gratuita, estabelecendo-se relações servis, herdadas do incário e mescladas com formas existentes no feudalismo europeu. Os indígenas que foram para as cidades, converteram-se em proletários ou

ingressaram na economia informal. Em 1952 e 1953 os oprimidos do agro se levantaram em armas para tomar de volta as terras. O governo do MNR procurou conter este movimento, com uma lei de Reforma Agrária. Sendo assim, ainda hoje, o funcionamento das grandes empresas tem como ponto de partida a usurpação das terras indígenas, consagrada e legalizada pelo ordenamento jurídico burguês.

A procurar responder à questão “Como os povos nativos voltarão a ser donos do que foi sua propriedade originária?”, Lora aponta que a reconquista das terras adquire caráter anticapitalista, embora sejam reivindicações de caráter democrático. Governo, partidos burgueses, reformismo e burocracia sindical negam-se a defender recuperação de toda a terra para as massas indígenas, oferecendo no máximo a política de reservas territoriais, desrespeitada quando convém à classe dominante, como vimos no exemplo do TIPNIS.

Considerações finais

Por meio deste trabalho, apresentamos panoramicamente as contradições presentes no autodenominado “processo de mudança”, conduzido por Evo Morales e Álvaro García Linera, na condução do Estado Plurinacional. A tensão entre a cosmovisão indígena e o projeto “desenvolvimentista” é apresentada pelo governo, sobretudo na elaboração de Linera, como elemento criativo que acompanha o nascimento de algo novo e revolucionário. Já na crítica de antigos aliados que recentemente romperam com o MAS, como os teóricos do grupo Comuna, do qual Linera fazia parte, apresentam estes elementos como excludentes, como traição do processo de mudança. Ambos grupos acusam-se de racismo, apoiando-se em diferentes elementos de seus textos.

O processo da Assembleia Constituinte ao mesmo tempo em que mostrou grande controle do MAS quanto às elaborações e centralização das distintas delegações que correspondiam a um bloco heterogêneo de movimentos sociais e nacionalidades indígenas, demonstrou a aposta na via da conciliação e pactuação com os elementos que poderiam resistir às mudanças: seja a direita separatista da região da Meia Lua (Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando) ou mesmo os setores que representavam a grande propriedade privada em geral, seja nacional ou internacional.

Como o imperialismo não admite nenhum resquício de independência por parte dos países semicoloniais houve choques entre o governo de Evo e os governos das potências imperialistas. A radicalização do governo, porém, é proporcional ao avanço das massas que haviam se levantado tanto na Guerra da Água, como na Guerra do Gás, levando a uma crise de hegemonia na condução do Estado burguês. Ainda que a direita racista tenha feito desastradas tentativas de golpe, Evo tinha um trunfo, que o próprio Linera enuncia: era uma alternativa de manutenção do funcionamento das instituições estatais. Se falhasse, camponeses, indígenas e trabalhadores em geral adotariam a via insurrecional e se chocariam inevitavelmente com a persistência dos latifúndios e domínio das transnacionais sobre a economia do país.

Ao analisar o caráter de classe deste governo, a partir da teoria marxista, não há outra opção a não ser caracterizá-lo como burguês. Afinal, Evo não esconde, pelo contrário, anuncia em seus discursos e pinta nos muros das cidades que defende e garante a propriedade privada em todas as suas dimensões. E é justamente esta defesa que coloca o governo em contradição com as aspirações das nações/classe indígenas e camponesas e com os trabalhadores da cidade. Choque que se expressou com violência na tentativa de construção de uma rodovia que dilaceraria o TIPNIS para favorecer o escoamento da produção brasileira via Pacífico e garantir bons negócios às empreiteiras. Mas não foi o único, houve muitos outros relacionados à exploração de petróleo na região amazônica, do uso da água e outros impactos ambientais que acompanham a megamineração a céu aberto, à elevação do preço dos combustíveis em até 83% (medida derrotada pelos trabalhadores do campo e da cidade, nas ruas) e a direitos trabalhistas e previdenciários.

Evo foi eleito e reeleito com número significativo de votos, recompôs momentaneamente as ilusões democráticas historicamente abaladas na Bolívia pela sucessão de golpes militares, pela experiência com o nacionalismo do MNR que concluiu como pró-imperialista, e pela tradição de auto-organização oriunda das formas comunais dos ayllus, dos cabildos no período colonial e das experiências de dualidades de poderes que se manifestaram na fundação da central Operária Boliviana em 1952 e na Assembleia Popular de 1971. Se há um elemento que chama a atenção na Bolívia é a tendência à radicalização das massas e ao uso da ação direta. Sem a ameaça dos golpes da direita da Meia Lua fica mais difícil para o governo manter as organizações sociais sob controle.

Os reconhecimentos quanto à cultura, língua e cosmovisão indígenas acabam como formalidades. Não que não sejam significativos no cotidiano dos indivíduos que sofrem a opressão cotidianamente, mas porque sem um fundamento que se enraíza na devolução das terras aos indígenas e no direito à autodeterminação, regredem facilmente. Basta ver o desrespeito à consulta vinculante, a deslegitimação das organizações que continuam erguendo reivindicações que haviam sido prometidas pelo governo e o uso das organizações camponesas (que outrora até se identificavam como indígenas) e indígenas governistas para isolar e reprimir aqueles que protagonizaram a Marcha pelo TIPNIS. Que a experiência farsesca do nacionalismo, remodelado com as feições indigenistas, seja assimilada pelos oprimidos e que se constitua em novo ponto de partida para novos esforços de transição ao socialismo, pela via revolucionária.

Referências

- ALCOREZA, Raúl Prada (2012). *Miseria de la geopolítica*. Crítica a la geopolítica extractivista. Disponível em: <http://www.rebellion.org/docs/157961.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2013.
- ALMARAZ, Alejandro (2011). La reveladora furia de García y el proceso de cambio. In: (2011). *La mascarada del poder*. Respuesta a Álvaro García Linera. Pp. 5-72. Disponível em: <http://www.hacer.org/pdf/Mascarada00.pdf>, Acesso em: 19 de maio de 2013.
- ASAMBLEA CONSTITUYENTE DE BOLIVIA (2008). *Nueva Constitución Política del Estado. Congreso nacional*. Disponível em: <http://www.presidencia.gob.bo/download/constitucion.pdf>. Acesso em 01 de set. de 2011.
- DURÁN GIL, Aldo. Estado militar e instabilidade política na Bolívia (1971-1978). 496p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2003.
- EL DEBER (2011). *Aumenta tensión por el Tipnis: Evo endurece ataques a indígenas que rechazan su proyecto carretero*. 03 de agosto de 2011. Disponível em: <http://eju.tv/2011/08/aumenta-tensinpor-el-tipnis-evo-endurece-ataques-a-indgenas-que-rechazan-su-proyecto-carretero/>. Acesso em 04 de maio de 2013.
- EL DIARIO (2011). “No queremos que indígenas vivan como salvajes”. 07 de setembro de 2011. Disponível em: http://www.eldiario.net/noticias/2011/2011_09/nt110907/2_11plt.php. Acesso em 04 de maio de 2013.
- GOBIERNO DE BOLIVIA. *El Vivir Bien como respuesta a la Crisis Global*. 2009. Disponível em: [http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/Presentation%20by%20Govt%20of%20Bolivia%20\(Spanish\).pdf](http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/Presentation%20by%20Govt%20of%20Bolivia%20(Spanish).pdf). Acesso em 29 de março de 2013.
- LINERA, Álvaro García. *El “oenegismo”, enfermedad infantil del derechismo*. (O cómo la “reconducción” del Proceso de Cambio es la restauración neoliberal). La Paz: Vicepresidencia

del Estado Plurinacional/Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional. Disponível em: <http://vicepresidencia.gob.bo/Portals/0/documentos/EL-OENEGISMO.pdf>. Acesso em 18 de abril de 2013.

LORA, Guillermo. *Liberación de las naciones oprimidas*. La Paz: Ediciones La Colmena, 1992.

MARIÁTEGUI, José Carlos (2010). *Sete Ensaios de Interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular.

MARAÑÓN-PIMENTEL, Boris (2012). Hacia el horizonte alternativo de los discursos y prácticas de resistencias descoloniales. Notas sobre la solidaridad económica en el buen vivir. In: MARAÑÓN-PIMENTEL, Boris (coord.). *Solidaridad económica y potencialidades de transformación en América Latina. Una perspectiva descolonial*. Buenos Aires, CLACSO.

MENDONZA, Vladimir (2012). *El postmodernismo indigenista del MAS*. La Paz: Ediciones Masas.

SCHAVELZON, Salvador (2012). *El nacimiento del Estado Plurinacional de Bolivia: etnografía de una Asamblea Constituyente*. La Paz: Clacso. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/coediciones20130214112018/ElnacimientoDelEstadoPlurinacional.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2013.

STEFANONI, Pablo (2006). El nacionalismo indígena en el poder. *Revista del OSAL*. Buenos Aires, n. 19, enero-abril 2006, p.37-44.

REGALSKY, Pablo (2007). Bolívia na encruzilhada: o governo de Morales e a política indígena. *Revista Outubro*, São Paulo, n.15, p.45-78.

ZIBECHI, Raúl (2006). *IIRSA: la integración a la medida de los mercados*. Disponível em: www.ircamericas.org. Acesso em 28 de maio de 2013.

Notas

¹ Utilizamos a definição de Maristella Svampa sobre o extrativismo (apud ALCOREZA). O extrativismo é um padrão de acumulação baseado na superexploração de recursos naturais, principalmente os não renováveis e expansão de fronteiras a territórios considerados improdutivos. Além de abarcar atividades de extração de minérios e petróleo, também inclui ações do agronegócio (produção de biocombustíveis), que consolidam o modelo monoprodutor. Os projetos de infraestrutura, como os da IIRSA, em transporte, energia e comunicações também são incluídos nesta definição por corresponderem ao objetivo de facilitar a extração e exportação dos produtos.

² Formalmente a IIRSA foi formulada na I Cúpula Sul-Americana, realizada em 2000 como uma instância regional aglutinadora dos projetos de infraestrutura no subcontinente. Segundo Zibech, este projeto aprofundará as distâncias entre os países latino-americanos no mercado mundial. Seu exemplo é justamente a relação entre Brasil e Bolívia. Os planos para o último é que se converta em país distribuidor de gás e energia e de trânsito, com cinco eixos de “integração e desenvolvimento” que unem Pacífico e Atlântico. Como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é um dos principais financiadores do IIRSA, o governo brasileiro impõe suas condições nestas obras, beneficiando sobretudo a Petrobrás e empreiteiras (ZIBECHI, pp. 5-6).

³ Nesta ocasião, a pedido de Evo, a ONU estabeleceu o dia internacional da mãe terra (Pachamama).

⁴ Sistema de exploração e dominação baseado nos latifundiários, que conquistaram suas terras por meio da expropriação das comunidades indígenas e as submetem a relações servis. Estas características foram mantidas mesmo com a República, que reeditou formas de trabalho obrigatório aos indígenas, mostrando que o Estado continuava subordinado ao poder dos *gamonales*, como expressão da descentralização política e do atraso.